



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 14 | Nº. 27 | Jul./Dez. de 2022

João Paulo Garrido Pimenta

Universidade de São Paulo / USP

jgarrido@usp.br

ENTREVISTA COM JOÃO PAULO PIMENTA.

RESUMO

Com o objetivo de discutir a Independência do Brasil e o bicentenário da Independência, a Revista Historiar tem a satisfação de publicar uma entrevista com o professor João Paulo Pimenta, realizada de forma remota pelo professor Renato de Ulhoa Canto Reis.

INTERVIEW WITH JOÃO PAULO PIMENTA.

ABSTRACT

With the aim of discussing the Independence of Brazil and the bicentenary of Independence, Revista Historiar is pleased to publish an interview with professor João Paulo Pimenta, conducted remotely by professor Renato de Ulhoa Canto Reis.

Entrevistador:
Renato de Ulhoa Canto Reis
Universidade Estadual Vale do Acaraú /
UVA

Transcrição:
Renato de Ulhoa Canto Reis
Viviane Prado Bezerra

Renato Ulhoa – *Professor João Paulo Pimenta, bom dia. Antes de qualquer coisa, em nome da Revista Historiar e do Colegiado do Curso de História da UVA, eu agradeço a sua participação. Seja muito bem vindo. É com enorme satisfação que recebemos você para uma conversa sobre a Independência do Brasil. Sabemos da dificuldade de conciliar as agendas, ainda mais nesse ano do bicentenário, em que você deve estar sendo muito solicitado. Então fica registrado aqui os nossos agradecimentos.*

Professor, gostaria de começar discutindo uma questão que você tem explorado em seus textos. Trata-se da possibilidade de caracterização da Independência do Brasil como um processo revolucionário. Como nós podemos pensar a independência a partir do conceito de revolução?

João Paulo Pimenta – Professor Renato, eu agradeço o convite. É um prazer participar dessa iniciativa e conversar sob a forma de uma entrevista com você e com os nossos leitores.

A independência do Brasil como revolução é uma questão tanto antiga como atual. Ela remonta ao próprio processo de independência, quando alguns de seus destacados protagonistas começaram a formular uma imagem para o processo em curso, processo que eles estavam fazendo e com o qual estavam interagindo.

De início, o caráter revolucionário da independência foi pensado em uma perspectiva de uma revolução positiva por ser conservadora, isto é, a independência do Brasil – como ruptura política entre Brasil e Portugal – estaria sendo, e teria se consolidado, como um processo que, supostamente, teria conseguido manter sob controle os excessos da desordem política, dos radicalismos políticos e democráticos, vistos então numa perspectiva pejorativa pelos formuladores dessa visão. Nessa visão, uma contrapartida essencial sempre foi o que estava acontecendo na América Espanhola, que foi elaborado, no Brasil, como um grande laboratório político pautado por *guerra civil, anarquia, desordem, destruição* e outros conceitos correlatos.

Assim sendo, essa visão da independência como uma revolução conservadora (e por isso mesmo superior ao que ocorria no cenário ibero-americano) foi reelaborada pela historiografia do século XIX mantendo alguns dos seus valores originais básicos: a independência como um processo positivo, valoroso e historicamente singular. Esse conservadorismo positivo da independência seria contestado de maneira contundente apenas nas primeiras décadas do século XX, quando revisões historiográficas, não

apenas em torno da independência, mas da história do Brasil de uma maneira geral, atribuíram à independência um conservadorismo limitador: isto é, a independência teria sido incapaz de solucionar questões do mundo colonial, que se faziam presentes no Brasil nacional sob a forma de herança, mas heranças negativas. O conservadorismo da independência seria um problema em aberto da história do Brasil, um problema a ser resolvido. Nesse sentido, o conservadorismo pode ser mantido dissociando-se de ideias de revolução muito em voga no século XX.

Ora, desde então, nos últimos 90, 100 anos, as interpretações da independência do Brasil oscilaram entre suas dimensões mais conservadoras e mais transformadoras. A revolução da independência, então, poderia ser vista como atributo de conservadorismo, mas também como força de transformação; ou então, a independência com seus conservadorismos e suas inovações independentemente de ser uma revolução.

Eu sigo uma linha historiográfica que agrega valor às interpretações das últimas décadas que veem o processo de independência como um processo revolucionário. Não para reeditar, evidentemente, a visão lá do século XIX, não para fazer um elogio à independência do Brasil (elogios não são tarefa de historiadores, apenas cabe a eles análises críticas que levem à compreensão dos fenômenos sociais); mas para pensar a independência segundo aspectos que são menos conhecidos e menos estudados por conta da tendência majoritária de entendê-la como um processo fundamentalmente conservador. Eu não pretendo revisitar o conservadorismo da independência. Há muitos e muitos motivos, sim, para considerá-la conservadora. Apenas procuro chamar a atenção para esses outros aspectos menos conhecidos, menos estudados pelos historiadores da independência, mas dela igualmente reveladores.

Chamo, então, a atenção, para o fato de que seu processo histórico esteve fortemente amparado em concepções inovadoras de futuro. Esse futuro pensado como um tempo histórico, isto é, uma concepção de tempo articulando várias dimensões dessa realidade social – isso foi muito forte na independência. Essas concepções inovadoras de futuro interagiram, inclusive, estabelecendo tensões com concepções estanques, com concepções conservadoras e, até mesmo, reacionárias de tempo. Essas concepções variadas interagiram com dimensões políticas e se revelaram dotadas de muita operacionalidade no desenvolvimento da ruptura entre Brasil e Portugal. E elas se articulam na sua dimensão de tempo inovador com tendências presentes em outros quadrantes do mundo àquela época. Nesse sentido, esse tempo

inovador seria um atributo de uma modernidade, para evocarmos, por exemplo, os termos de Reinhart Koselleck capazes de subsidiar essa discussão; o que aponta para uma dimensão revolucionária da independência. Revolução de independência, então, no sentido de concepção de futuros inovadores e, portanto, de um tempo histórico fortemente inovador.

Há uma outra forma de pensar a independência como uma revolução, que é em termos da sua capacidade de transformação de algumas das dimensões nas quais ela se inscreve, bem como de algumas estruturas da sociedade que a fez. A independência, nesse sentido, pode ser vista como uma revolução política. Não tanto como uma revolução social ou uma revolução econômica, mas uma revolução política. E há que se chamar a atenção aqui, dentre outros exemplos possíveis, para a forte carga inovadora do constitucionalismo moderno que, como bem sabemos, foi uma das grandes forças dinamizadoras do processo de independência do Brasil. O constitucionalismo é um dos indícios de uma revolução política que faz com que a independência se torne comparável ou semelhante a outros processos em curso em outros lugares à mesma época, alguns dos quais com ela interagiram.

E finalmente, entendo que um terceiro fator que nos leva a considerar a independência do Brasil como um processo revolucionário está assentado em alguns de seus efeitos de médio e de longo prazo profundamente transformadores da realidade social brasileira. E aqui, me refiro, particularmente, à possibilidade que a independência cria de surgimento de um Estado nacional, de uma identidade nacional brasileira e de uma nação brasileira que não existiam antes dela. Todos esses elementos carregaram ao longo do século XIX marcas de sua nascença derivada do processo de independência, e foram sendo reelaborados como resultados profundamente inovadores da ruptura entre Brasil e Portugal.

Para concluir, então, a independência do Brasil como uma revolução não deve ser vista como uma caracterização absoluta, mas como uma caracterização parcial, ainda que fundamental, desse processo histórico.

Renato Ulhoa – *Ainda sobre as questões conceituais, pensando na articulação entre eventos e estruturas, qual a contribuição que a análise dos conceitos pode trazer para pensar a Independência? Ou seja, é possível afirmar e dimensionar a importância da independência como um momento chave de redefinição conceitual, no sentido de um evento que modifica as estruturas semânticas? E por outro lado, também é legítimo*

pensar que a discussão sobre os conceitos políticos, que muitas vezes extrapolam os eventos, permite ampliar as percepções espaciais e temporais da própria Independência, no sentido das estruturas semânticas que orientam a experiência do evento?

João Paulo Pimenta – Minha resposta é positiva para as duas perguntas. Em primeiro lugar, a independência é, sem dúvida, um processo chave de redefinição de formas de pensar, de significar a realidade, portanto de novas condições de reprodução da realidade social. Isso não significa, evidentemente, que haja uma transformação conceitual absoluta ou onipresente em todos os momentos do processo de independência, ou ainda em todos os espaços e agentes sociais nela envolvidos. Não. A transformação conceitual, profundamente imbricada no processo de independência, tem a ver com outras dinâmicas conceituais e sociais de uma maneira mais ampla, porque uma realidade conceitual é sempre parte de uma realidade social mais ampla. A realidade conceitual não tem independência do mundo social de uma maneira geral, apenas parcial autonomia em relação a ele. Essa realidade conceitual da independência é uma parte, então, do contexto histórico e das forças mais essenciais que a caracterizam e a explicam.

Entender a independência, então, como uma força propulsora de transformações conceituais implica em respeitar as dinâmicas conceituais que já estavam em curso antes da independência, e que durante esse processo interagem com ela sem serem perfeitamente redutíveis a ela. O que nós observamos é que há uma inovação no plano de significados e de morfologias de alguns conceitos políticos básicos que desempenharão um papel norteador das formas de pensar e significar a realidade social por todo o século XIX, e que antes e depois da independência se apresentam de maneira tendencialmente diferente. Assim, é a constelação desses conceitos que nos encoraja a tomar a história conceitual como uma das muitas possibilidades de se estudar a independência, não reduzindo perfeitamente – torno a dizer – uma coisa à outra. Conceitos, por exemplo, como *pátria*, *nação*, *constituição*, *cidadania*, *liberdade*, *estado*, *guerra*, *ordem* e tantos outros, estão protagonizando esse movimento de tendencial inovação.

Por outro lado, respondendo à sua segunda pergunta, é necessário respeitar, nesse estudo conceitual, não apenas as dimensões, mas também os tempos e os espaços da independência. Eu quero dizer que existem alguns conceitos que estão

mais bem alocados no que nós poderíamos chamar de uma dimensão política (talvez a maioria dos que acabo de citar); mas, outros estão mais bem alocados em realidades econômicas, culturais, ou ainda em certas realidades políticas específicas. Por exemplo, conceitos jurídicos não são perfeitamente correspondentes a conceitos que nós encontramos em espaços parlamentares ou na imprensa. Então, dentro de uma dimensão da realidade, como a dimensão política, existem espaços conceituais com particularidades. Mas, também em outras dimensões. Então, não há uma única realidade conceitual alocada ou emanada de uma única dimensão do processo histórico.

Há que se considerar, também, as dinâmicas temporais dos conceitos. Os conceitos são fenômenos sociais dotados de grande variedade temporal, e isso é uma característica própria de qualquer conceito de qualquer sociedade de qualquer época. Um conceito nunca surge de repente, tampouco desaparece abruptamente. Ele nunca é redutível a um único significado, caso contrário ele seria uma palavra e não um conceito. De modo que é preciso respeitar as variações conceituais que acompanham os próprios tempos múltiplos do processo de independência. Isso diz respeito às cronologias variadas dentro do processo e aos ritmos de transformação, que são, também, variáveis ao longo desse mesmo processo.

E finalmente, há que se considerar – e isso é muito pouco estudado, e é uma riqueza gigantesca a que se descortina por detrás dessa questão – que é a variação conceitual de acordo com os muitos espaços da independência. Isto é, como que esses conceitos se apresentam em Pernambuco no processo de independência? Nos muitos tempos de Pernambuco e nas muitas dimensões de Pernambuco das primeiras décadas do século XIX? E o que dizer, então, dessa realidade conceitual nos muitos tempos e nas muitas dimensões dos espaços sulinos? Ou então, conceitos na grande região amazônica? Ou na Bahia, no Recôncavo Baiano e nos sertões? Aí nós temos realidades conceituais como realidades sociais que estão interagindo, por exemplo, com projetos políticos mais ou menos radicais, com dinâmicas de fronteira com o mundo espanhol, com sociedades indígenas, com a presença variável de africanos, afrodescendentes, escravos, libertos... E tudo isso vai compondo uma grande complexidade dessa interação entre história da independência e história conceitual do Brasil das primeiras décadas do século XIX.

Muito tem sido feito a esse respeito. A sua própria tese de doutorado, professor Renato, é uma contribuição muito sensível para essa história conceitual, perseguindo

os conceitos de *público* e *privado* que estão presentes nessa realidade. Mas muito ainda precisa ser feito em termos de investigação. Esse é um dos campos mais fecundos de desenvolvimento que eu entendo que possam ser apontados para o futuro da historiografia da independência e do Brasil, de uma maneira geral, do século XIX.

Renato Ulhoa – *Tem-se tornado comum a ideia de “independências do Brasil”, no plural, tal como utilizado nesse dossiê. Contudo, é preciso discutir as implicações dessa adoção. Nós sabemos que as experiências das diferentes regiões e localidades durante o processo de independência foram diversas e plurais. Porém, sabemos que a Independência, no singular, refere-se ao fato de que, no curso do processo histórico, a partir de conflitos e disputas, uma unidade nacional emergiu. Como lidar com essa questão?*

João Paulo Pimenta – Eu saúdo a atualidade da pluralização da referência à independência do Brasil como uma forma criativa e pujante de abordagem do tema nesse contexto dos 200 anos. Entendo que esse é um indício muito positivo de um momento de inquieta criatividade intelectual que nós estamos vivendo e que incide sobre a independência numa de suas características mais evidentes, que são os seus longos, profundos e variados resultados na história do Brasil.

Me referi, agora pouco, ao fato de que a independência criou as condições de existência de um Estado, de uma nação, e de uma identidade nacional brasileira que não existiam antes dela. Entendo, porém, que é necessário tratar com circunspeção esse “plural” das independências na medida em que ele pode conduzir, até mesmo inadvertidamente, a uma excessiva e inadequada relativização dos muitos tempos, espaços e dimensões da independência.

Trocando em miúdos, se as independências do Brasil são uma espécie de grande coletivo-singular, entendo que é uma boa expressão, potencialmente capaz de dar conta dessa complexidade de tempos, espaços e dimensões. No entanto, se ela conduz essa pluralidade a uma relativização dos seus muitos elementos, tornando-os “independentes” entre si (para usar aqui uma proposital redundância), é um plural inadequado. Pois não é possível entender cada uma das “independências” do Brasil como se elas fossem dotadas de vida própria. As muitas “independências”, isto é, as muitas alternativas, os muitos projetos políticos, as muitas formas de ação política (nem toda ação política está subsidiada por um projeto político), nenhum dos protagonismos

sociais e individuais tem uma vida própria. Todos eles precisam ser tomados como parte variável, multifacetada, de uma mesma unidade histórica.

Renato Ulhoa – *Em texto recente publicado na Revista Almanack você aborda a questão do “mito do Brasil pacífico” a partir da obra do Hélio Franchini Neto. Você poderia comentar um pouco a respeito da violência presente no processo de independência, o modo como foi se construindo esse “mito do Brasil pacífico” e um pouco sobre suas consequências?*

João Paulo Pimenta – Essa é uma outra questão antiga e ainda muito recorrente na historiografia da independência, e que remonta ao próprio processo histórico. E é uma dessas questões que, de acordo com as sazonalidades dos tempos presentes, foi ganhando ou perdendo prestígio (nesse caso, tendendo claramente à segunda postura).

As guerras de independência são um indicativo evidente da violência daquele processo político. Elas nunca foram completamente ignoradas por aqueles que se detiveram com vagar e aprofundamento no estudo do tema. Elas não são uma novidade em si. No entanto, a força da ideia de uma revolução conservadora se deveu igualmente ao fato de que essa versão foi sendo gestada também considerando que as guerras de independência seriam uma espécie de anomalia, de exceção. Seriam episódios isolados, pouco importantes, de pequenas dimensões. Afinal, a independência deveria ser um processo “ordeiro”, “civilizado”, “pacífico” – para usar termos próprios da época e dessa autoimagem da independência à qual eu já me referi.

Pois bem, com o tempo, a “não violência” – que é apenas uma visão edulcorada desse processo – foi se articulando com outras narrativas acerca da história do Brasil e foi compondo a partir desse núcleo – a independência não violenta – um verdadeiro mito nacional: o do Brasil como país refratário a episódios de enfretamento social, a contestações sérias e regulares, a episódios de violência política e social. O brasileiro seria, então, um povo de suposta índole pacífica. Esse é um mito de enorme peso no imaginário que o brasileiro tem a respeito de si mesmo até os dias de hoje. E como nós historiadores nunca estamos completamente fora da sociedade, como estamos sempre abertos a seus efeitos, a suas influências, a suas urgências, muitos de nós acabamos, também, nos contaminando excessivamente pelos efeitos analíticos distorcidos

decorrentes desse mito. E com isso, muitos estudiosos da independência acabaram por prestar pouca ou nenhuma atenção àquilo que é saber sabido: as guerras de independência existiram e tiveram impacto decisivo sobre o desenrolar dos acontecimentos desse momento fundacional de nossa história.

No entanto, não basta entender as guerras de independência para considerar o caráter fortemente violento e altamente conflitivo dessa nação, desse Estado, dessa sociedade brasileira que estava se formando a partir da independência. Há muitas outras dimensões, como a violência inerente ao escravismo, como as guerras indígenas movidas pelo governo de d. João desde seus primeiros momentos à frente da corte no Rio de Janeiro... Há muitos outros episódios de contestação e de enfrentamento político e militar nas primeiras décadas do século XIX. Todos eles compõem um cenário de violência que foi sendo obliterado, propositadamente ou não, pela historiografia e pela sociedade de maneira geral.

O livro do Hélio Franchini é uma excelente contribuição para revisão, quiçá definitiva, desse nosso mito de origem. É necessário, no entanto, esparramar a sua crítica não apenas para as guerras de independência, mas também, para outros aspectos da independência e para outras partes da história do Brasil. Essa é uma tarefa ainda em aberto.

Renato Ulhoa – *Professor, agora a respeito propriamente do bicentenário. Como era de se esperar, a extrema direita brasileira, atualmente no poder, buscou se apropriar da comemoração da Independência para reforçar o sentimento de nacionalidade, articulando-o com o chefe do poder executivo. Seria possível fazer um balanço a respeito do sete de setembro e a maneira como seus símbolos, signos, discursos e imagens foram disseminados? Você acha que outros setores da sociedade civil conseguiram opor-se efetivamente a esse discurso?*

João Paulo Pimenta – A utilização pragmática, politicamente direcionada, interesseira do passado, não é nenhuma novidade do contexto atual do Brasil e muito menos um atributo exclusivo da história do Brasil. Todos os países do mundo em muitas ocasiões fizeram e, ainda fazem, da história um bom pretexto para viabilizar prioridades do presente e não do passado. Isto é, utilizam a história de acordo com lógicas que não são do passado, e sim do presente. Convertem, então, a memória em instrumento de interação política. Instrumento de luta e enfrentamento político no presente.

O que nós estamos observando nesse bicentenário é a reedição de formas antigas de utilização política do passado, devidamente revitalizadas por características próprias da conjuntura política em que nós estamos vivendo. Uma conjuntura política na qual a extrema direita chegou ao poder via eleições, mas também, via uma série de manifestações e mobilizações não democráticas, algumas abertamente autoritárias e ilegítimas.

As duas últimas comemorações nacionais do sete de setembro – 2021 e 2022 – mostram bem essa interação entre velhos e novos elementos no tocante a transformação da memória em fonte de armas políticas. No sete de setembro de 2021 houve a transformação total e completa de uma tradicional celebração nacional, cívica, e que no Brasil das últimas décadas tem sido também militar, que é o desfile do sete de setembro e a comemoração dessa data; houve uma completa substituição do seu caráter público por um caráter privado: a festividade oficial foi cancelada e, em seu lugar, o presidente da república comandou manifestações de apoio a si mesmo.

No sete de setembro de 2022 a situação foi um pouco diferente. Manteve-se essa substituição do público pelo privado, mas aqui já numa perspectiva de utilização do público como exaltação do privado. Se em 2021 houve uma anulação do público e sua completa tomada por uma manifestação privada, mas utilizando-se de uma data, das memórias associadas a essa data, dos símbolos, das cores também associados a essa data; em 2022 houve uma comemoração pública comandada pelo presidente, mas que o tempo todo foi contaminada por interesses privados, nesse caso, político-partidários, por um presidente em campanha de reeleição. Então, essas diferenças estão assentadas em uma base comum, que foi a manipulação do sete de setembro pelo então presidente Jair Bolsonaro de acordo exclusivamente com seus interesses. Em um primeiro momento, o interesse de angariar apoio para um governo fragilizado politicamente e carente de apoio popular; em um segundo, o de transformar a comemoração em ato de campanha em sua tentativa de reeleição.

Muitos setores da nossa sociedade reagiram a essas utilizações politicamente interessadas e fortemente privadas do sete de setembro. No entanto, entendo que o conjunto da nossa sociedade se encontra, no final desse ano de 2022, diante de um dilema: como ressignificar os símbolos, as memórias e, inclusive, uma festividade cívica como o sete de setembro sem, necessariamente, reeditar toda a carga política e toda a carga privada, inclusive ideológica, que foi sendo colada a eles nos últimos anos? E como fazer isso considerando que o Brasil tem um histórico recente, também,

de manipulações do sete de setembro pelos governos militares da ditadura de 1964 a 1985, o que sempre foi um incômodo para os setores sociais que atualmente se opõem às bandeiras da extrema direita no Brasil? Esses símbolos, essas manifestações, essas cores devem ser retomadas? Elas devem ser retomadas em quais perspectivas? Elas devem ser substituídas?

Entendo que esse é um debate urgente. Assim como é urgente uma mobilização imediata para a destituição das memórias, dos símbolos, das festividades nacionais desses atributos que foram dados recentemente pela extrema direita, mas sem que isso signifique sua retomada em uma perspectiva, repito, tradicional e inadequada ainda muito recente. Para se “desbolsonarizar” o sete de setembro é necessário fazer algo novo com esse sete de setembro, e não simplesmente reconduzi-lo àquilo que ele quase sempre foi.

Estará a nossa sociedade articulada, organizada, para fazê-lo? Ou estará ela, ainda, às voltas com os muitos e muitos dilemas que a nossa conjuntura atual apresentou aos setores democráticos e progressistas? A esses setores que precisam pensar o passado, mas sem jamais perder de vista o futuro; que precisam continuar trabalhando pelo futuro, mas sem deixar de utilizar o passado, não numa perspectiva laudatória, mas numa perspectiva crítica? Veremos.

Renato Ulhoa – *João, muitíssimo obrigado.*

João Paulo Garrido Pimenta

Universidade de São Paulo / USP.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/3678219206988791>

Artigo recebido em: 10 de novembro de 2022.

Artigo aprovado em: 10 de novembro de 2022.